

# **PARTE I – Contribuições da História para entender a questão ambiental**

## **2**

### **As relações com a natureza**

O desenvolvimento da civilização humana sempre esteve intimamente ligado ao ambiente onde florescia. A economia girava em torno dos “recursos” disponíveis, fossem eles devido à cheia periódica dos rios, como no clássico caso do Egito, fossem eles relacionados ao minério, à fertilidade da terra, ao acesso facilitado ao mar ou mesmo ao manejo, milenarmente aprendido, da floresta.

As vestimentas e as crenças religiosas, a alimentação e os medicamentos, estes geralmente extraídos de plantas, também variavam e dependiam do que oferecia o ambiente local.

De acordo com Carvalho (1991), houve um tempo em que a relação do ser humano com a natureza era tão integrada que sequer havia a percepção da existência do ambiente como algo além do humano. A natureza era então antropomorfizada. Somente ela existia. As diferenças entre as pessoas eram apenas as de ordem física, servindo para a divisão do trabalho comunitário.

Em um momento seguinte, essa relação humanos-natureza passou a ser regida pela identificação da natureza como algo à parte, que requeria intermediários eficientes (os sacerdotes de todos os tipos) para que se fizesse a comunicação com ela. A eles estava designado o papel de intérpretes. Essa diferenciação surge a partir da mudança da organização social, mudança esta que fez os humanos se perceberem como algo distinto dos outros seres. Aqui, o medo era ingrediente fundamental. Uma das conseqüências diretas foi o grande acúmulo de poder das religiões.

Um pouco mais adiante, encontramos na história desta relação a oposição sociedade-natureza, artificial-natural. Depois, a natureza adquire uma conotação divina, obra a ser cuidada e admirada pelos humanos, para quem ela teria sido criada.

Em outra etapa, a natureza passa a fazer papel exclusivo de “supermercado” (fornecedora de matérias-primas), devendo ser estudada, analisada em partes e controlada. Mas a natureza-máquina perde a vez tão logo se inicia a Revolução

Industrial. Agora, valem as idéias de competição e progresso. Finalmente, no último século foi se esboçando uma nova concepção de natureza, mais relacionada à compreensão sistêmica e interdependente de mundo.

Todas essas concepções, aqui vistas de passagem e de uma maneira bastante simplificada, foram produto da cultura humana, da interação das sociedades com seus ambientes e variam conforme os valores que são privilegiados numa determinada época e local.

Não se trata de pensar o que a natureza é mas de perceber que a relação que com ela se constrói molda as culturas e maneiras de viver. José Augusto Pádua<sup>1</sup>, pesquisador na área de história ambiental, sugere que a falência do império romano se tenha dado, também, devido ao uso do chumbo nas canalizações, o qual teria gerado graves distúrbios mentais na população e acentuado o número de casos de loucura.

Se lançarmos um olhar mais cuidadoso e prolongado à história, veremos que problemas ambientais não constituem uma inovação do século XX e XXI.

São equívocos históricos tanto a idéia de que “o homem” é um destruidor recente, e a ele se deve a degradação da natureza apenas nos últimos dois ou três séculos, como a noção de que o ser humano não manipulava a natureza antes desse período de destruição mais ostensiva.

A ocupação do planeta pelo ser humano teve início com suas andanças desde seu surgimento. Impossível pensar que nenhuma interação houve entre pessoas e outros seres que compunham o ambiente, entre gente e a geografia percorrida. Esta impressão é confirmada pelos estudos do historiador Simon Schama:

“Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.” (Schama, 1996, p:17)

É fato que os distintos modelos inventados pelo ser humano para organizar seus agrupamentos ou sociedades foram fruto também de interações com a

---

<sup>1</sup> Comunicação pessoal, 1997: aula da disciplina de História Ambiental durante o curso de especialização Teoria e Práxis do Meio Ambiente, oferecido pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião).

geografia e ecologia do lugar e repercutiram sobre o ambiente de diferentes maneiras.

## **2.1 Modelos de sociedade**

As maneiras de organizar as sociedades sofreram diferentes ênfases e as classificações que fazemos hoje são meramente didáticas, visto que os agrupamentos humanos foram constantemente compostos por uma mistura de tipos de organização. O arranjo social mais antigo é o da sociedade caçadora-coletora, cuja forma de viver nômade sustenta pequenos grupos vivendo em grandes espaços. Ainda hoje, alguns grupos vivem assim, na África e na América Latina, por exemplo. Para os caçadores-coletores, a sobrevivência diária é o que guia suas ações. Todavia, necessitam de pouco para viver. Apenas comida, abrigo e vestuário – recursos buscados diretamente na natureza. Vale lembrar que para estes grupos não há acumulação. Os dias são vividos um de cada vez.

As primeiras sociedades sedentárias se apoiaram numa nova relação com o ambiente: a agricultura. Com a agricultura, foi necessário entender melhor os ritmos da natureza e seus fenômenos. Plantando, tornou-se possível permanecer num lugar por mais tempo, conhecê-lo, pensar sobre ele. Nessa busca de melhor entender os fenômenos da natureza, os mitos desempenharam papel de grande importância. Ao mesmo tempo, estavam criadas as condições para surgirem novos conhecimentos: havia tempo, mais segurança, mais coisas observadas, questionamentos. Também foi possível estocar alimento. Esta possibilidade pode ter sido o motor tanto do surgimento da tecnologia como dos exércitos ou responsáveis pela garantia de segurança dos bens do grupo.

Houve ainda sociedades de organização predominantemente militar, como Esparta. Estas se apoiavam nas conquistas e saques, mais que no cultivo ou tecnologia.

O regime de uma sociedade tribal, sedentária ou nômade, guerreira ou agrária, distingue-se das sociedades atuais, que se conformam em grandes grupos, cujos intercâmbios são cada vez mais intensos e amplos, e bastante apoiados no comércio.

As sociedades imperiais também se compunham de grandes grupos, articulados ou submetidos, e seu poder era fundamentalmente bélico. Seus outros pilares eram geralmente o comércio e a religião.

Cada uma destas sociedades mantinha uma relação distinta com a natureza. Podemos dizer, simplificaradamente, que aquelas que se preocupavam em expandir-se e acumular riquezas foram geralmente mais predadoras, enquanto que os pequenos agrupamentos de economia não-acumulativa sustentavam-se de maneira mais integrada aos processos da natureza – o que não quer dizer que não manejassem os processos naturais ou não interferissem neles. Diversos exemplos dessa situação podem ser encontrados no livro de Alfred Crosby (1993), *Imperialismo Ecológico*. Assim, ele atribui o sucesso da expansão imperialista da Europa à sua capacidade de mover-se com uma biota portátil – que incluía plantas, animais e microorganismos – capaz de promover grande degradação nas terras conquistadas em função de inúmeros fatores, não cabíveis de descrição neste texto. A sede de novas riquezas fez com que este tipo de sociedade se expandisse, causando grande impacto nos ambientes dos locais onde aportaram e se instalaram os europeus; lugares geralmente habitados de longa data, com uma estrutura social de economia não-cumulativa. Tal foi o caso, só para citar alguns povos, dos maoris, moradores originais da Nova Zelândia; dos guanchos, nas Ilhas Canárias; dos fijianos; dos hawaianos; dos iroqueses; e dos aborígenes australianos.

## 2.2

### Aceleração da destruição ambiental

Algumas destas sociedades, porém, tiveram maior capacidade de manter a terra, os ares e mares com uma relativa saúde do que outras. Por saúde estamos querendo dizer a capacidade do ambiente de se auto-regenerar.

Isso depende não apenas da amplitude geográfica da sociedade em questão mas sobretudo da intensidade com que são atingidos os alicerces dos ecossistemas, o que, como vimos, tem estreita relação com o modelo de organização social.

Algumas idéias relacionadas à degradação ambiental, amplamente difundidas no e pelo ambientalismo de meados do século XX ao seu final, tornaram-se mitificadas. Examinemos as principais:

- “O ser humano é destruidor por natureza”: esta afirmação já foi analisada e verificamos que a destruição depende da forma de organização da sociedade e, portanto, de suas metas e valores.
- “O ser humano não manipulava a natureza antes; por isso, não a destruiu”. A história mostra que o manejo ecológico tem feito parte da interação humanos-natureza. Não estamos circulando sobre a Terra há pouco tempo. Dizem os paleontólogos que há pelo menos cerca de 2 a 3 milhões de anos nós, seres humanos, interagimos com os ambientes terráqueos. Uma pequena passagem do livro "O que é vida?" ilustra esse dado:

"Somos mamíferos primatas gregários e há evidências paleontológicas de que vivemos muitas centenas de milhares de anos, talvez dois ou três milhões de anos, em pequenas comunidades (menos de 20 membros); que somos compartilhadores de alimentos (...)" (Vaz, 2000, p: 251).

E nesse tempo todo, viemos exercendo nossa influência na modificação do cenário, no que compreendemos por paisagem. A questão é a *forma* como isso ocorre e a *escala*.

- Na mesma ordem de raciocínio, costuma-se dizer que “a destruição é recente, pois recente é o domínio humano sobre o ambiente”. No entanto, toda a região da antiga Mesopotâmia sofreu seguidos impactos. Grandes extensões das florestas européias não existem mais, animais foram extintos pela caça e corpos d’água

desapareceram devido ao manejo agrícola e às guerras, acontecimentos datados de muito antes do que se considera o tempo em que o homem “dominou” seu ambiente. Quando comparamos esses lugares com as Américas pré-colombianas e a Austrália, antes das grandes navegações, é forçoso admitir que o processo de degradação causado pelo ser humano é antigo, mas não universal. E não se deve ao simples fato de manejar certos elementos da natureza a seu favor, coisa que também os ameríndios e aborígenes australianos faziam. O que nos leva a reafirmar que depende da maneira como a sociedade se organiza em função de seus ideais, ambições e, conseqüentemente, valores.

- “Não conhecemos devidamente o funcionamento dos ecossistemas e, portanto, suas fragilidades e potencialidades. Isso causaria graves danos a eles.” A esta afirmação podemos retrucar que o conhecimento tão somente de algo nunca foi suficiente para promover mudanças no comportamento, ainda que ele seja necessário. Afinal, são as medidas políticas e econômicas que regem a vida social e quando estas desconsideram os resultados em longo prazo, estando a serviço de interesses restritos, certamente os ecossistemas serão atingidos, seja em que época for. Além disso, houve momentos nos quais não se podia dizer que os humanos *desconheciam* seu ambiente. O ser humano foi e continua sendo um elemento da paisagem, um *componente* do ecossistema. Até bem pouco tempo, um ser participante e conhecedor de sua paisagem e processos que nela se desenvolvem. Esse conhecimento, entretanto, parece ter melhor se preservado quando as comunidades eram menores e seus sistemas de vida as tornavam mais dependentes deste conhecimento direto.

Por outro lado, costuma-se creditar ao crescimento da capacidade tecnológica da espécie a maior intensidade da alteração no ritmo de alguns processos biológicos. De fato, não sabemos como funcionam todas as delicadas interações ecológicas, a ponto de prevenir todo tipo de desastres possíveis, ocasionados por estas nossas interações. Não está, nem esteve em nossas mãos, ainda que seja difícil admitir, o controle do que acontece no planeta.

Ressaltamos ainda que as estratégias tecnológicas estão a serviço das estruturas de poder de pequenos grupos, o que vem se repetindo ao longo da história humana, variando apenas os grupos e interesses de que são portadores. No presente momento, constatamos que esta associação poder-tecnologia tem-se mostrado na prática pouco preocupada com o destino da maioria dos seres do planeta, contanto que se mantenham a hierarquia e a riqueza conquistadas.

Evidentemente, nem sempre é o caso de uma ação planejada *para* causar impactos sócio-ambientais. Muitas vezes, o que se verifica é a ignorância dos processos naturais dos quais participamos ou mesmo a negligência. No entanto, cada ação tomada por uma empresa, governo ou cidadão repercute, cedo ou tarde, sobre outras pessoas, cidades, países e seres vivos. Um bom exemplo foi o período das grandes navegações e a subsequente colonização das terras descobertas, responsáveis por extinções em escalas desconhecidas até então, tanto de plantas e animais como de povos inteiros.

Mas há ainda um equívoco a este respeito. É o quinto item de nossa lista de mitificações, segundo o qual “a destruição da natureza ocorre a partir das mãos e obras humanas”. Por mais que o ser humano queira crer nessa afirmação e possa sentir-se ora lisonjeado, ora culpado, um pouco de pesquisa demonstra que esta degradação é obra conjunta da co-evolução entre humanos e o que Crosby (1993) chama de *biota portátil*. Em poucas palavras, uma série de organismos (plantas, animais, fungos, vírus e bactérias) evoluiu em estreita convivência com parcelas da humanidade. De modo que tanto uns como outros tiraram algum proveito desta relação. O grupo humano que por mais tempo conviveu com uma maior variedade de outros seres vivos foi o dos europeus. Assim, quando estes se espalharam por outras partes do globo, levaram junto consigo esta biota portátil, a qual, sem que eles percebessem, foi a principal razão de seu sucesso colonizador fora da Europa. Fosse por enfraquecer imunologicamente os povos com que se defrontavam, fosse por garantir a sobrevivência dos europeus a partir dos alimentos que já conheciam, especialmente porque garantir os alimentos conhecidos significou ocupar espaços ecológicos antes ocupados pelas plantas e animais locais, afins aos povos com quem conviviam. Ao desalojar a biota local, os europeus, sem o saber, foram tirando as condições de vida dos povos conquistados e garantindo as suas próprias. Em suma, foram “europeizando” os novos territórios. Vejamos uma ilustração:

“A usurpação da biota nativa do pampa já devia ter começado no fim do século XVI, quando animais da Europa chegaram, vicejaram e se propagaram em enormes rebanhos. Seus hábitos de alimentação, seus cascos atropeladores, seus excrementos e as sementes das plantas que carregavam com eles, tão estrangeiras na América quanto eles mesmos, alteraram para sempre o solo e a flora do pampa. (...) Onde quer que o europeu ou o pioneiro mestiço construíssem sua pequena habitação, surgiam malvas, cardos e outras plantas, mesmo que não houvesse tais espécies num raio de trinta léguas. E era suficiente que o homem da fronteira freqüentasse uma estrada, mesmo sozinho com seu cavalo, para que essas plantas passassem a aparecer à beira do caminho.” (Crosby, 1993: p.145)

Esse processo e outros semelhantes significaram a rápida extinção da maioria das plantas locais, além de alimento para os animais recém-chegados da Europa, como cavalos, bois, ovelhas, porcos, cabras e abelhas de mel. Esses animais, por sua vez, expulsaram os animais nativos e, diante da abundância de alimento e da falta de predadores, multiplicaram-se infinitamente de tal modo que chegavam a novas fronteiras anos antes dos colonos, garantindo-lhes comida farta e um solo aberto a cascos para o florescimento das plantas vindas com os europeus. E o ciclo se perpetuava continente afora. A extinção dos animais locais freqüentemente provocou a diminuição dos povos nativos que deles dependiam, a exemplo de indígenas norte-americanos e seus búfalos. Sem contar que as defesas imunológicas dos moradores originais das terras conquistadas não estavam em guarda contra os patógenos do Velho Mundo. Assim, vários desastres sucederam-se minando as populações locais. Os exemplos mais expressivos são a varíola nas Américas e a sífilis na Nova Zelândia. Sobre a primeira, Crosby explica que:

“A varíola cruzou pela primeira vez as suturas da Pangéia – chegando, especificamente, à ilha Hispaniola – no final de 1518 ou início de 1519, e durante os quatro séculos seguintes desempenhou um papel tão essencial quanto a pólvora no avanço do imperialismo branco no ultramar – um papel talvez até mais importante, pois os indígenas acabaram voltando o mosquete, e depois o rifle, contra os invasores, mas a varíola pouquíssimas vezes lutou do lado dos primeiros habitantes. Os invasores em geral estavam imunizados contra a doença, e também contra as doenças infantis do Velho Mundo, a maioria das quais era nova do outro lado dos oceanos. Logo o mal exterminou um terço ou metade dos arauques em Hispaniola, e quase imediatamente cruzou os estreitos até Porto Rico e as outras ilhas das Grandes Antilhas, empreendendo lá a mesma devastação. Passou de Cuba para o México e juntou-se às forças de Cortés na pessoa de um soldado negro que adoeceu, um dos poucos invasores que não estavam imunes à infecção. A doença exterminou uma grande parcela dos astecas e abriu caminho para os forasteiros até o centro de Tenochtitlán e à fundação da Nova Espanha. Adiantando-se aos conquistadores, logo apareceu no Peru, matando uma grande proporção dos súditos do Inca, o próprio Inca e o sucessor que ele havia escolhido. Guerra civil e caos seguiram-se. E então Francisco Pizarro chegou. Os triunfos miraculosos desse conquistador, e os de Cortés, a quem ele soube imitar tão bem, foram em grande parte triunfos do vírus da varíola. (...) A população ameríndia era mais densa do que jamais seria durante os séculos subseqüentes, e completamente suscetível à varíola. No início do século XVI, canoieiros da tribo calusa costumavam ir da Flórida a Cuba para negociar, e com certeza levaram a varíola de volta consigo para o continente. Além disso, povos que

mantinham pelo menos um contato esporádico entre si habitavam toda a orla do golfo do México, de regiões onde a doença era comum até a extremidade oposta, as áreas densamente povoadas do que é hoje o Sudeste dos Estados Unidos. O rio Mississipi, com vilarejos raramente mais distantes entre si do que um dia de viagem ao longo de suas margens, pelo menos até o estado de Ohio ao norte, teria disseminado a doença por todo o interior do continente. Quanto aos pampas, a pandemia certamente se espalhou por todo o império inca, até onde é hoje a Bolívia; e de lá passou aos povoados que tinham fácil acesso entre si no Paraguai e ao longo do rio da Prata e seus afluentes, até os pampas. De modo que, entre 1520 e 1540, a varíola pode ter se espalhado dos Grandes Lagos até os pampas.” (Crosby, 1993: p.179 e 180)

Lançaremos mão uma vez mais das pesquisas da História Ambiental para clarear o que tratamos de explicar a respeito da interdependência dos organismos e das conseqüências de perturbações nas relações que a sustentam.

“Um dos fatores mais importantes do sucesso da biota portátil é tão simples que se torna difícil relegá-lo: os seus membros não atuaram isoladamente, mas em equipe. Às vezes uns contra os outros, como no caso dos fazendeiros e das moscas hessianas, mas mais freqüentemente uns em benefício dos outros, ao menos a longo prazo. Às vezes a ajuda mútua é óbvia, como quando os europeus importaram abelhas para polinizar suas plantações; outras vezes é obscura, como nas Grandes Planícies, quando os brancos e seus mercenários dizimaram quase todos os búfalos – propiciando assim o alastramento de patógenos venéreos, alguns dos quais eram certamente imigrantes. Um médico que cuidava dos sioux em Fort Peck no final do século passado estimou que a tragédia das infecções venéreas entre as mulheres não era apenas uma conseqüência da imoralidade, e sim o resultado de uma mudança mais geral: ‘Elas eram castas até o desaparecimento dos búfalos.’ ”(Crosby, 1993: p.254)

Se os exemplos anteriores são claros, esta última afirmação, em contrapartida, pode parecer absurda ao leitor desavisado. Mas trata-se apenas de entender o contexto. O que significavam os búfalos naquela sociedade ameríndia? Crosby esclarece o mistério, detalhando um pouco mais este processo:

“Depois da Guerra Civil americana, bandos de fuzileiros entraram nas planícies e destruíram os búfalos, removendo assim um elemento vital da biota nativa. Junto com os búfalos desapareceu a capacidade dos ameríndios das planícies de viver independentemente e resistir à nova ordem. Rancheiros e fazendeiros do Velho Mundo e seus bovinos e ovinos avançaram então pelas planícies. Algumas mulheres sioux, vendo seu modo de vida destroçado como um pote de barro, sucumbiram à prostituição. As bactérias venéreas aproveitaram a oportunidade e reduziram drasticamente a taxa de natalidade dos sioux, tornando a terra mais segura para os estrangeiros. Brancos, negros, bois, vacas, porcos, cavalos, trigo e ervas prosperaram, e em torno das casas, celeiros e poços d’água prosperaram também os camundongos, ratos, capins e arbustos do Velho Mundo.” (Crosby, 1993: p.256)

E nosso historiador prossegue demonstrando como na biota portátil o comportamento é geralmente de ajuda mútua. Descreve o desenvolvimento conjunto das principais espécies de capim com os animais de criação, sendo ambos vitais para a sobrevivência das sociedades humanas.

“Nossos capins de forragem mais importantes são nativos da parte do mundo onde a maioria dos nossos animais de criação foram domesticados pela primeira vez, e eles têm pastado nesses capins desde o primeiro milênio do Neolítico.

A adaptação mútua entre esses capins e os animais de pasto vem se processando desde antes do Neolítico. A família *Bovidae* – que inclui o boi, o carneiro, o bode, o búfalo e o bisão – surgiu e evoluiu ao longo do Plioceno e do Pleistoceno<sup>2</sup> no Norte da Eurásia. Muitos membros migraram para a África, alguns para a América do Norte, mas nenhum para a América do Sul ou Australásia. Há milhares de anos, os animais de pasto e os capins do Velho Mundo, juntamente com outras ervas da Eurásia e do Norte da África, vêm se adaptando uns aos outros. Ao serem transportados para a América, Austrália e Nova Zelândia, os quadrúpedes do Velho Mundo devoraram os capins e arbustos, e estes, que até então só eram submetidos a uma pastagem leve, geralmente custaram a se recuperar. Nesse ínterim, as ervas do Velho Mundo, sobretudo as da Europa e de regiões próximas da Ásia e África, entraram avassaladoramente para ocupar o solo desnudado. Elas toleravam bem o sol direto, o solo desértico, o corte rente e o pisoteio constante, além de terem diversos meios para se propagar e disseminar. (...) Em Nova Gales do Sul, os colonizadores derrubaram as árvores tão rapidamente, expondo os capins nativos ao sol abrasante, e os animais de criação devoraram os capins e arbustos indígenas tão depressa que o capim canguru [uma planta perene] desapareceu das cercanias de Sydney poucas décadas após a chegada dos brancos. Onde o solo se tornara estéril, as plantas européias, semeadas artificialmente e se auto-semeando, espalharam-se de modo agressivo. Na Nova Zelândia, as ervas européias parecem ter se adiantado ao colonizador branco. O naturalista William Colenso encontrou um exemplar de bardana-maior – um só – numa parte densa e praticamente virgem de Seventy-Mile Bush em 1882, e ‘o contemplou assombrado, como Robinson Crusóe ao encontrar a pegada de um pé europeu na areia!’ Ele deixou a planta intacta e só retornou ao local na primavera seguinte, quando o gado bravo já entrara na região e espalhara por toda parte os carrapichos pegajosos que a compõem. O resultado é que havia agora centenas de bardanas-maiores ‘com quatro pés [1,20m] de altura, densas, cerradas e robustas, de tal modo que algumas plantas juntas ofereciam um obstáculo formidável ao viajante.’ (Crosby, 1993: p.255)

Para que não fiquem enganados: não se trata de dizer que os organismos do Velho Mundo eram superiores, mas que foram favorecidos pela contínua perturbação (e, neste caso, contínua é mais importante que perturbação) a que se sujeitaram os ambientes das terras conquistadas, através do arado, derrubada de florestas, queimadas, cidades em expansão e pastagens exauridas, e através do brusco contato em que foram colocados seres humanos, plantas, animais e microorganismos que haviam evoluído separadamente por milhares de anos. No mesmo livro, Crosby descreve tentativas anteriores de colonização européia em terras distantes (como a Vinlândia<sup>3</sup> e os intentos das Cruzadas), cujos resultados foram um fracasso retumbante. E este fracasso, que se deu em períodos e locais distintos, deveu-se às dificuldades encontradas de adaptação ao novo meio

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário eletrônico Aurélio a época pliocena é aquela em que “surgem os primeiros homínidas; no período quaternário”; e a época pleistocena é aquela em que “as glaciações ocorridas na Terra determinaram a formação de grandes camadas de gelo que atingiram a região tropical, e ao final da qual aparece o homem com suas características físicas atuais.”

<sup>3</sup> Nome dado pelos escandinavos ao que seria futuramente a América do Norte.

ambiente. Ou seja, enquanto os ambientes conquistados não foram expostos à europeização, não puderam de fato ser colonizados.

É preciso lembrar que o estabelecimento e a consolidação das colônias neo-européias propagaram um modo de vida totalmente diferente do tribal, generalizado em boa parte do mundo de até então. Em poucos séculos, as repercussões deste fato se ampliaram exponencialmente, ocasionando progressiva perda de informação sobre o funcionamento da natureza local à medida que desapareciam os habitantes originais e sua cultura – devido ao grande crescimento populacional das colônias e a consolidação de uma maneira de viver em que a dimensão das conseqüências da interação era cada vez menos considerada.

O crescimento desta repercussão e sua maior percepção foram alguns dos principais mobilizadores dos países para tratar da questão ambiental tal como a conhecemos no século XX e início do século XXI.